

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.603 - ES (2019/0232212-3)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**RECORRENTE : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA**

**ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES - DF016233  
GUILHERME MENEZES NAVES - DF016826  
DANIEL FONSÊCA ROLLER - DF017568  
NILSON VITAL NAVES - DF032979  
RODRIGO REZENDE DE PÁDUA - DF034550**

**RECORRIDO : FACULDADE BRASILEIRA - UNIVIX**

**ADVOGADOS : FLÁVIO CHEIM JORGE - ES000262B  
CHRISTINA CORDEIRO DOS SANTOS - ES012142  
BÁRBARA DALLA BERNARDINA LACOURT - ES014469**

**RECORRIDO : UNIÃO**

**AGRAVANTE : UNIÃO**

**AGRAVADO : IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE VITORIA**

**ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES - DF016233  
GUILHERME MENEZES NAVES - DF016826  
DANIEL FONSÊCA ROLLER - DF017568  
NILSON VITAL NAVES - DF032979  
RODRIGO REZENDE DE PÁDUA - DF034550**

## DECISÃO

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pela **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA - EMESCAM**, e Agravo nos próprios autos da **UNIÃO**, contra decisão que inadmitiu Recurso Especial interposto contra acórdão prolatado, pela 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região no julgamento de apelações, assim ementado (fl. 1.092e):

***APELAÇÕES. DIREITO ADMINISTRATIVO. VALOR DA CAUSA MANTIDO. PEDIDOS SUCESSIVOS. APELAÇÃO CONHECIDA. CURSO DE MEDICINA. INSTITUIÇÃO RECEPTORA DE PROGRAMA DE DOUTORADO. IMPROVIMENTO***

*1. Trata-se de apelações cíveis interpostas pela autora e pela União Federal em ação proposta contra a União Federal e outra ré. Objetiva a autora, em síntese, a alteração do resultado final da seleção de propostas para autorização de funcionamento de curso de medicina no Município de Cachoeiro de Itapemirim - Espírito Santo.*

*2. Não sendo aferível o conteúdo econômico da demanda, eis que não é*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*possível estimar o proveito econômico a ser eventualmente auferido pela autora após a instalação do curso de medicina no município de Cachoeiro de Itapemirim, e não sendo irrisório o valor por ela atribuído à causa (R\$10.000,00), não deve prosperar a insurgência da União.*

*3. Da leitura dos pedidos contidos na petição inicial, percebe-se que foram feitos pedidos sucessivos e não alternativos. Isto posto, a apelação da autora deve ser inteiramente conhecida.*

*4. Analisando-se o acervo probatório dos autos, conclui-se que a autora/apelante não se desincumbiu do ônus de provar que a proposta apresentada pela segunda ré continha informações comprovadamente inverídicas, razão pela qual a pretensão de desclassificação não deve ser acolhida.*

*5. O item editalício prevê que será pontuada a oferta de programas de mestrado e doutorado na área de Medicina reconhecidos e recomendados pelo CAPES (subitem M6.4). A autora, entretanto, não oferece o programa, sendo apenas a receptora.*

*6. Apelações da União e da autora conhecidas e improvidas.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 1.161/1.169e).

Com amparo no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

- I. Art. 1.022 do Código de Processo Civil – o acórdão recorrido restou omissos quanto às alegações relativas “ (i) ao fato de que o MEC em momento algum negou a pontuação de doutorado à recorrente porque ele era na modalidade DINTER, mas sim porque tal programa não foi reconhecido e recomendado pela CAPES, conforme constou na resposta do MEC ao recurso administrativo da autora; (ii) no que toca ao pedido de exclusão da recorrida EMBR AE do certame, omitiu-se o acórdão recorrido de analisar as provas de que os programas de residência médica oferecidos pela recorrida EMBRAE já estavam cancelados antes mesmo da abertura do edital, razão pela qual a sua apresentação constitui-se em apresentar fatos sabidamente inverídicos, (iii) omitiu-se o acórdão de examinar a argumentação de que o ofício apresentado pela recorrida EMBRAE, informando a existência de parceria para realização das residências médicas foi apresentado

# Superior Tribunal de Justiça

fora do prazo e sem qualquer comprovação da parceria” (fls. 1.193/1.194e);

II. Art. 942 do Código de Processo Civil – o tribunal de origem não aplicou a técnica de julgamento prevista no dispositivo, regra que incide na hipótese de julgamento não unânime de apelação, como no presente caso.

III. Arts. 3º e 41 da Lei n. 8.666/1993 – não foi observado o princípio da vinculação do procedimento licitatório aos termos do edital.

Com contrarrazões (fls. 1.253/1.269e), o recurso foi admitido (fls. 1.366/1.370e).

Por outro lado, no Agravo de fls. 1.374/1.378e, sustenta-se a presença dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial.

Com contraminuta (fls. 1.386/1.392e), os autos foram encaminhados a esta Corte.

O Ministério Público Federal se manifestou às fls. 1.407/1.414e, opinando pelo provimento do recurso especial interposto às fls. 1.173/1.220e.

## **Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a* e *c*, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida, bem como a dar provimento ao recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

O art. 941, § 3º, e 942 do Código de Processo Civil, dispõe, *in verbis*:

***Art. 942. Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.***

***§ 1º Sendo possível, o prosseguimento do julgamento dar-se-á na mesma sessão, colhendo-se os votos de outros julgadores que porventura componham o órgão colegiado.***

***§ 2º Os julgadores que já tiverem votado poderão rever seus votos por ocasião do prosseguimento do julgamento.***

***§ 3º A técnica de julgamento prevista neste artigo aplica-se, igualmente, ao julgamento não unânime proferido em:***

***I - ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno;***

***II - agravo de instrumento, quando houver reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.***

No caso em tela, mesmo tendo sido julgada por maioria a apelação interposta pela parte autora, o tribunal de origem refutou a aplicação do art. 942 do Código de Processo Civil.

Transcrevo, por oportuno, os seguintes excertos do acórdão mediante o qual foram examinados os aclaratórios opostos (fl. 1.164e):

*5. Primeiramente, tratando-se de julgamento por maioria, onde a sentença não foi modificada, incabível a técnica de complementação do julgamento prevista no art. 942 do NCPC. Esta Sexta Turma vem utilizando, quanto ao tema, o entendimento adotado pela Sétima Turma Especializada, no julgamento da questão de ordem na AC n. 2010.51.01.004041-1, cuja fundamentação, do ilustre Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo, transcrevo a seguir: (...).*

Desse modo, não adotada a técnica de complementação de julgamento introduzida no ordenamento jurídico pelo art. 942 do mesmo diploma processual, em

substituição aos Embargos Infringentes previstos nos arts. 530 a 534 do Código de Processo Civil de 1973, não houve o necessário esgotamento de instância, consoante espelham os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO POR MAIORIA DE VOTOS PELO STJ QUE MANTEVE A APLICAÇÃO DA SÚMULA 182/STJ. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. PRETENSÃO DE APLICAÇÃO DO ART. 942 DO NOVO CPC. TÉCNICA DE COMPLEMENTAÇÃO DE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. INVIABILIDADE. REDISCUSSÃO DA CONTROVÉRSIA. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Cuida-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão proferido, por maioria de votos, pela Segunda Turma do STJ, para o qual fui designado relator, que, ao rejeitar os segundos Embargos de Declaração apresentados pelos embargantes, manteve a aplicação da Súmula 182/STJ à hipótese em exame, tendo em vista a ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão denegatória de processamento de Recurso Especial.

2. Naquela oportunidade, o relator anterior, e. Ministro Humberto Martins, apresentou voto em que acolheu os Embargos de Declaração, com efeitos infringentes, para conhecer do Agravo em Recurso Especial de modo a dar-lhe provimento e determinar a conversão em Recurso Especial.

3. A Segunda Turma desproveu o recurso com motivação clara e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.

4. Entendo por inaplicável o art. 942 do Novo CPC (técnica de complementação de julgamento), tendo em vista que, para que essa técnica seja adotada, é necessário que o acórdão não unânime seja proferido no julgamento da Apelação, Agravo de Instrumento ou Ação Rescisória, o que não é a hipótese dos autos, que trata de recurso de Embargos de Declaração julgados, por maioria, por esta Corte Superior.

5. A fundamentação dos embargantes denota mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os aclaratórios a esse fim.

6. Acuso o recebimento de memoriais, que não alteraram a posição adotada no julgamento.

7. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 705.844/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 19/10/2016, destaques meus).

**RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ART. 942, CAPUT, DO CPC/2015. JULGAMENTO NÃO UNÂNIME. APELAÇÃO. TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DO COLEGIADO. NATUREZA**

**JURÍDICA. INCIDÊNCIA. MARCO TEMPORAL. ABRANGÊNCIA. NULIDADE. CONFIGURAÇÃO.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos n°s 2 e 3/STJ).
2. Cinge-se a controvérsia a aferir (i) qual o diploma adjetivo regulador do julgamento colegiado que se iniciou sob a vigência do CPC/1973, mas se encerrou na vigência do CPC/2015; (ii) sucessivamente, entendendo-se pela aplicação do CPC/2015, se era cabível a aplicação da sistemática do julgamento ampliado na hipótese em que a sentença é mantida por acórdão não unânime; e, no mérito, (iii) se há violação do direito exclusivo de exploração da marca validamente registrada "Empório Santa Maria" em virtude da utilização, como título de estabelecimento, do termo "Casa Santa Maria".
3. Nos termos do art. 942, caput, do CPC/2015, quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada, com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.
4. O art. 942 do CPC/2015 não estabelece uma nova espécie recursal, mas, sim, uma técnica de julgamento, a ser aplicada de ofício, independentemente de requerimento das partes, com o objetivo de aprofundar a discussão a respeito de controvérsia, de natureza fática ou jurídica, acerca da qual houve dissidência.
5. O art. 942 do CPC/2015 possui contornos excepcionais e enuncia uma técnica de observância obrigatória pelo órgão julgador, cuja aplicabilidade só se manifesta de forma concreta no momento imediatamente posterior à colheita dos votos e à constatação do resultado não unânime, porém anterior ao ato processual formal subsequente, qual seja a publicação do acórdão.
6. Diante da natureza jurídica sui generis da técnica de ampliação do colegiado, o marco temporal para aferir a incidência do art. 942, caput, do CPC/2015 deve ser a data da proclamação do resultado não unânime da apelação, em respeito à segurança jurídica, à coerência e à isonomia.
7. Na hipótese em que a conclusão do julgamento não unânime da apelação tenha ocorrido antes de 18/3/2016, mas o respectivo acórdão foi publicado após essa data, haverá excepcional ultratividade do CPC/1973, devendo ser concedida à parte a possibilidade de interposição de embargos infringentes, atendidos todos os demais requisitos cabíveis. Precedente da Terceira Turma.
8. Na hipótese de proclamação do resultado do julgamento não unânime ocorrer a partir de 18/3/2016, deve ser observado o disposto no art. 942 do CPC/2015.
9. A incidência do art. 942, caput, do CPC/2015 não se restringe aos casos de reforma da sentença de mérito, tendo em vista a literalidade da disposição legal, que não estabelece nenhuma restrição semelhante ao regime dos extintos embargos infringentes.
10. A redação do caput do art. 942 do CPC/2015, que dispõe acerca da apelação, é distinta do § 3º, que regulamenta a incidência da técnica nos

# *Superior Tribunal de Justiça*

*julgamentos não unânimes de ação rescisória e agravo de instrumento, para os quais houve expressa limitação aos casos de rescisão ou modificação da decisão parcial de mérito.*

*11. Recurso especial provido para, acolhendo a preliminar de nulidade, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja convocada nova sessão de prosseguimento do julgamento da apelação, nos moldes do art. 942 do CPC/2015, ficando prejudicadas, por ora, as demais questões.*

(REsp 1.762.236/SP, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 15/03/2019, destaque meu).

***RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. CPC/2015, ART. 942. TÉCNICA DE AMPLIAÇÃO DE JULGAMENTO. DECISÕES COM MAIOR GRAU DE CORREÇÃO E JUSTIÇA. ECONOMIA E CELERIDADE. APELAÇÃO NÃO UNÂNIME QUE REFORMA OU MANTÉM A SENTENÇA IMPUGNADA. EMPREGO AUTOMÁTICO E OBRIGATÓRIO.***

*1. Nos termos do caput do art. 942 do CPC/2015, quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial.*

*2. A técnica de ampliação do julgamento prevista no CPC/2015 possui objetivo semelhante ao que possuíam os embargos infringentes do CPC/1973, que não mais subsistem, qual seja a viabilidade de maior grau de correção e justiça nas decisões judiciais, com julgamentos mais completamente instruídos e os mais proficientemente discutidos, de uma maneira mais econômica e célere.*

*3. Contudo, diferentemente dos embargos infringentes do CPC/1973 - que limitava, no caso da apelação, a incidência do recurso aos julgamentos que resultassem em reforma da sentença de mérito -, a técnica de julgamento prevista no CPC/2015 deverá ser utilizada quando o resultado da apelação for não unânime, independentemente de ser julgamento que reforma ou mantém a sentença impugnada.*

*4. A forma de julgamento prevista no art. 942 do CPC de 2015 não se configura como espécie recursal nova, porquanto seu emprego será automático e obrigatório, conforme indicado pela expressão "o julgamento terá prosseguimento", no caput do dispositivo, faltando-lhe, assim, a voluntariedade e por não haver previsão legal para sua existência (taxatividade).*

*5. Recurso especial provido.*

(REsp 1.733.820/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 10/12/2018, destaque meu).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, V, do Código de Processo Civil

# *Superior Tribunal de Justiça*

de 2015, e 34, XVIII, *a e c*, e 255, III, ambos do RISTJ, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial de fls. 1.173/1.220e, para determinar o retorno dos autos à origem para aplicação da técnica de julgamento prevista no art. 942 do Código de Processo Civil, nos termos expostos, prejudicada, por conseguinte, a análise das demais questões trazidas no recurso, bem como **NÃO CONHEÇO** do Agravo de fls. 1.374/1.378e, porquanto prejudicado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

